



Chesf

Proposta da Administração

74ª AGO



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.541.368/0001-16

Senhores Acionistas:

Apresentamos a Proposta da Administração com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 22 de abril de 2022.

Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2021.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2021, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Investidores” a partir do dia 18 de março de 2022. Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se no **Anexo 01** do presente documento.

Item II - Destinação do Resultado do Exercício.

Em conformidade com a Legislação Societária e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A administração da Companhia propõe que o Lucro Líquido do Exercício, no montante de R\$ 5.468.403.960,47 (cinco bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e sete centavos), tenha a seguinte destinação:

- (i) constituição de Reserva Legal, no valor de R\$ 273.419.826,54 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos);
- (ii) Constituição de Reserva de Lucros de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 7.429,70 (sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta centavos), decorrente da fruição do Incentivo Fiscal da SUDENE;
- (iii) pagamento do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 1.298.744.176,07 (um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e seis reais e sete centavos) equivalente à 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, cujo pagamento deverá ocorrer até 31/12/2022; e
- (iv) constituição de Reserva Especial de Lucro com o saldo remanescente dos lucros não distribuídos, no valor de R\$ 3.896.232.528,16 (três bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, duzentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos) para futuro pagamento aos acionistas tão logo a situação financeira da Companhia permitir, ou compensação de prejuízos futuros, nos termos do art. 202 §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

As informações relativas ao ANEXO 9-1-II à IN CVM 481/09, encontram-se no **Anexo 02** deste documento.

Em relação à participação nos lucros e resultados dos empregados, por tratar-se de obrigação construtiva decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia, em observância às normas contábeis vigentes, consignou nestas Demonstrações Financeiras provisão no montante de R\$ 91.096.999,85 (noventa e um milhões, noventa e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) para fazer frente à eventual obrigação, observadas às disposições da Lei nº 10.101, de 20/12/2000 e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

Item III - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia.

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a proposta de remuneração anual global para os Administradores e Membros do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2022 a março de 2023 no valor de R\$ 9.597.919,13 (nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e dezenove reais e treze centavos), não incluído neste valor os encargos sociais. As informações do item 13 do Formulário de Referência encontram-se no **Anexo 03** deste documento.

Objetivando dar maior segurança jurídica em relação aos pagamentos a serem realizados, detalhamos os seguintes procedimentos a serem observados:

- a) Em relação à remuneração dos membros da Diretoria Executiva da Chesf, propõe-se o valor de até R\$ 9.047.339,64 (nove milhões, quarenta e sete mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para o pagamento do limite global dos membros da Diretoria Executiva, para o período de 12 meses, compreendido entre abril de 2022 e março de 2023, englobando no referido limite as seguintes rubricas: honorários fixos, gratificação natalina, gratificação de férias, auxílio alimentação, auxílio moradia, plano de saúde, seguro de vida, remuneração variável anual - RVA, quarentena, previdência complementar; e os honorários fixos para o Conselho de Administração;
- b) Em relação a remuneração a ser paga aos membros do Conselho de Administração, fixar os honorários em até R\$ 385.405,64 (trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos), para o período de 12 meses, equivalente a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios;
- c) Quanto a remuneração a ser paga aos membros do Conselho Fiscal, propõe-se fixar em até R\$ 165.173,85 (cento e sessenta e cinco mil, cento e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos) como total a ser pago no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023, o que equivale a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias, abono pecuniário e benefícios;
- d) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de 12 (doze) meses (abril de 2022 a março de 2023), por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela da SEST, atendo-se ao limite global definido nas alíneas “a” e “b”;
- e) vedar expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT na sua respectiva data-base;
- f) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta Assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 152;
- g) caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverão ser observadas as disposições do Decreto nº 9.144/2017, devendo o reembolso ao cedente limitar-se ao montante individual aprovado para esse membro em Assembleia Geral;
- h) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, na forma da súmula nº 269 do TST;
- i) condicionar o pagamento da “quarentena” à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR, nos termos da legislação vigente;
- j) esclarecer que é competência do Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual de remuneração dos membros estatutários definidos na presente Assembleia Geral;
- k) condicionar o pagamento da Remuneração Variável Anual – RVA dos Diretores à rigorosa observância dos termos e condições constantes dos Programas de RVA aprovados previamente pela SEST;

- l) condicionar o pagamento da “previdência complementar” ao disposto no artigo nº 202, § 3º da CF/88 e no artigo nº 16 da Lei Complementar nº 109/2001; e
- m) estabelecer o valor de até R\$ 44.102,36 (quarenta e quatro mil, cento e dois reais e trinta e seis centavos) para o honorário fixo mensal do Diretor-Presidente e para os honorários fixos mensais dos demais Diretores o valor de até R\$ 42.002,25 (quarenta e dois mil e dois reais e vinte e cinco centavos), observadas as vedações de pagamentos adicionais nas alíneas “e” e “f”, bem como o estabelecido nas alíneas “g” e “h” quanto a Diretor cedido ou Diretor empregado da empresa.

Item IV – Mudança dos Jornais em que são feitas as Publicações Societárias exigidas por Lei.

Em conformidade com o que estabelece o Art. 3º da Lei Nº 13.818, de 24 de abril de 2019 (**anexo 4**), entrou em vigor desde 1º de janeiro de 2022, as alterações ao introduzidas ao Art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

O texto anterior do Art. 289 da Lei nº 6.404/1976 estabelecia que as publicações ordenadas pela Lei sejam feitas no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. O seu parágrafo 3º, que estabelece que qualquer mudança nos Jornais em que são feitas as publicações devem ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da assembléia-geral ordinária.

Com a nova redação do Art. 289, as publicações ordenadas pela Lei deverão ser efetuadas em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Apresentamos a proposição de que, a partir desta Assembleia Geral Ordinária, todas as publicações legais sejam feitas apenas em um Jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia.

Recife, 18 de março de 2022

A Administração

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia registrou no exercício de 2021 um lucro líquido de R\$ 5.468,4 milhões (R\$ 2.108,6 milhões) representando um aumento de 159,3% em relação ao ano anterior.

O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures, financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Títulos e Valores Mobiliários (TVM). O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado abaixo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 estão a seguir sumarizados:

	R\$ mil		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos, empréstimos e debêntures	1.189.646	1.252.796	1.333.141
(-) Caixa, Equivalente de Caixa e TVM	2.568.168	2.138.052	1.207.806
Dívida líquida	(1.378.522)	(885.256)	125.335
(+) Total do patrimônio líquido	20.649.301	16.340.555	17.711.053
Total do capital	19.270.779	15.455.299	16.614.217
Índice de alavancagem financeira	-7,2%	-5,7%	0,8%

A previsão de fluxo de caixa realizada pela Companhia é monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventuais disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021 a dívida bruta era de R\$ 1.189,6 milhões, sendo 16,8% de curto prazo e 83,2% de longo prazo. Esse montante representa uma redução de 5,0% em relação ao ano anterior que totalizou R\$ 1.252,8 milhões. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. O endividamento líquido negativo apresentado no final de 2021, no montante de R\$ 1.378,5 milhões, indica o quanto o saldo de caixa, equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários eram superiores a dívida bruta.

Em 31 de dezembro de 2020 a dívida bruta totalizou R\$ 1.252,8 milhões, sendo 19,1% de curto prazo e 80,9% de longo prazo. Esse montante representa uma redução de 6,0% em relação ao ano anterior que totalizou R\$ 1.333,1 milhões. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido no final de 2020, apresentou um saldo superavitário de caixa de R\$ 885,3 milhões em relação a dívida bruta total.

Em 31 de dezembro de 2019 sua dívida bruta totalizou R\$ 1.333,1 milhões, sendo 17,2% de curto prazo e 82,8% de longo prazo. Esse montante representa uma redução de 19,2% em relação ao ano anterior que totalizou R\$ 1.650,3 milhões. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2019 o saldo de R\$ 125,3 milhões.

Dívida	R\$ mil				
	2021	2020	2019	Δ% 2021 Vrs. 2020	Δ% 2020 Vrs. 2019
Curto prazo	199.480	239.257	229.203	(16,6)	4,4
Longo prazo	990.166	1.013.539	1.103.938	(2,3)	(8,2)
Dívida Bruta Total	1.189.646	1.252.796	1.333.141	(5,0)	(6,0)
(-) Caixa, equivalentes de caixa e TVM	2.568.168	2.138.052	1.207.806	20,1	77,0
Dívida Líquida	(1.378.522)	(885.256)	125.335	55,7	(806,3)

A estrutura de capital dos três últimos exercícios sociais está demonstrada a seguir:

	R\$ mil				
	2021	2020	2019	Δ% 2021 Vrs. 2020	Δ% 2020 Vrs. 2019
Capital Próprio	20.649.301	16.340.555	17.711.053	26,4	(7,7)
Capital de Terceiros	11.783.093	12.428.514	10.499.035	(5,2)	18,4
Capital Total	32.432.394	28.769.069	28.210.088	12,7	2,0

Em 31/12/2021, o capital de terceiros passou a representar 36,3% do capital total, reduzindo 6,9 pontos percentuais em relação à 2020. Em 31/12/2020, o capital de terceiros representou 43,2% do capital total, reduzindo 6,0 pontos percentuais em relação à 2019, que foi de 37,2%.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2021, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela provisão para contingências, provisão *impairment*, provisão contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, outras provisões – GAG melhoria, e remensurações regulatórias de contratos de transmissão foi de R\$ 3.651,6 milhões (35,2% maior que em 2020), enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 238,3 milhões (29,9% maior que em 2020).

Em 2020, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*, provisão contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, outras provisões – GAG melhoria, e remensurações regulatórias de contratos de transmissão foi de R\$ 2.700,6 milhões (70,9% maior que em 2019), enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 183,4 milhões (20,7% maior que em 2019).

Em 2019, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*, provisão contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, outras provisões – GAG melhoria, Receita Líquida RBSE, Provisão Crédito Liquidação Duvidosa - Leniência foi de R\$ 1.580,0 milhões (119,4% maior que em 2018), enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 151,9 milhões (45,7% menor que em 2018).

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas nos três últimos exercícios sociais foram compostas por recursos provenientes de sua geração operacional de caixa e pela obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, tais como, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, BNDES e Banco Safra.

Os recursos dos financiamentos obtidos pela Chesf têm sido usados para financiar a expansão de seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica em empreendimentos corporativos e por meio de participações em parcerias, através da constituição de Sociedades de Propósito Específico.

Fontes de Financiamento - Recursos Recebidos no Exercício

	R\$ mil		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Geração Operacional de Caixa (EBITDA)	3.651.584	2.700.560	1.580.011
Financiamentos, empréstimos e debêntures	1.189.646	1.252.796	1.333.141
Total	4.841.230	3.953.356	2.913.152

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia buscará a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

- i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

Endividamento Total

	R\$ mil		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	394.846	345.200	423.773
Folha de pagamento	36.741	4.815	5.144
Tributos a recolher	155.839	151.912	848.224
Financiamentos e empréstimos	185.006	228.033	218.280
Remuneração aos acionistas	1.298.929	1.807.003	1.175.647
Outras provisões operacionais	95.403	120.382	91.774
Obrigações estimadas	113.011	104.855	123.499
Incentivo ao Desligamento Voluntário	108.747	122.420	105.700
Benefícios pós-emprego	167.869	149.177	120.649
Encargos setoriais	36.123	73.516	153.743
Debêntures	14.474	11.224	10.923
Outros	35.371	99.315	118.335
	2.642.359	3.217.852	3.395.691
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos a recolher	-	-	34.653
Passivos fiscais diferidos	670.192	-	412.342
Financiamentos e empréstimos	848.721	875.548	964.539
Benefícios pós-emprego	3.314.875	3.522.069	1.621.816
Incentivo ao Desligamento Voluntário	13.046	57.506	113.048
Encargos setoriais	459.416	489.939	436.066
Provisões para contingências	3.130.760	3.592.441	3.114.875
Provisão contrato oneroso	67.298	100.478	43.209
Obrigações vinculadas à Concessão	54.580	56.268	54.005
Debêntures	141.445	137.991	139.399
Outros	440.401	378.422	169.392
	9.140.734	9.210.662	7.103.344
CAPITAL DE TERCEIROS	11.783.093	12.428.514	10.499.035

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

	R\$ mil						
	31/12/2021				31/12/2020	31/12/2019	
	Circulante		Total	Não Circulante	Total	Total	Total
Principal	Encargos	Principal					
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-	17.247
Banco do Nordeste	28.184	3.428	31.612	517.913	549.525	452.105	410.577
Caixa Econômica	-	-	-	-	-	37.567	87.868
BNDES	70.502	1.078	71.580	261.456	333.036	403.628	443.610
SAFRA	50.629	31.185	81.814	69.352	151.166	210.281	223.517
Total	149.315	35.691	185.006	848.721	1.033.727	1.103.581	1.182.819



O empréstimo junto ao **Banco do Brasil** destinado ao financiamento do capital de giro da Companhia e garantido por aval corporativo da Eletrobras, foi totalmente amortizado em fevereiro/2020.

Os empréstimos junto ao **Banco do Nordeste** estão garantidos por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios.

O saldo de R\$ 549.525, com o Banco do Nordeste é composto pelos contratos discriminados abaixo:

Contrato de Financiamento Nº 44.2017.10631.6994

Em julho de 2017 foi contratado junto ao Banco do Nordeste financiamento no valor de R\$ 158.420, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), voltado às Usinas Eólicas Casa Nova II e III. O valor total desembolsado foi de R\$ 157.132, no qual incidem juros devidos à taxa efetiva de 10,14% a.a. (com bônus de adimplência de 15%). Este contrato será amortizado em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais e está garantido por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios. O saldo de principal e encargos atual deste contrato é de R\$ 155.676.

Contrato de Financiamento Nº 44.2018.10411.9120

Em 2018 foi contratado junto ao Banco do Nordeste financiamento de R\$ 155.000, voltado para reforços e melhorias de transmissão, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Em novembro de 2019 ocorreu o primeiro desembolso, no valor de R\$ 73.200 e, em setembro de 2020, o segundo, no valor de R\$ 48.551. Restando um saldo a desembolsar de R\$ 34.066.

Do valor contratado, R\$ 115.799 (desbolsados R\$ 90.879) são vinculados aos empreendimentos situados em municípios classificados como prioritários pelo Banco; e R\$ 40.019 (desbolsados R\$ 30.872), para empreendimentos situados em outros municípios.

As taxas destes montantes também são classificadas conforme a localização dos municípios sendo, respectivamente, 2,7382% a.a. (municípios prioritários) e 3,3467% a.a. para os demais, ambas com bônus de adimplência de 15% e multiplicadas pelo Fator de Atualização Monetária (FAM), conforme metodologia definida no art. 2º da Resolução CMN nº 4.622, de 02 de janeiro de 2018.

Este contrato será amortizado em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais e está garantido por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios. O saldo de principal e encargos atual deste contrato é de R\$ 117.563.

Contrato de Financiamento Nº 44.2020.1760.20650

Em 2020 foi contratado junto ao Banco do Nordeste financiamento de R\$ 263.116, voltado para reforços e melhorias de transmissão, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Em junho de 2021, ocorreu o primeiro desembolso, no valor de R\$ 23.456; em setembro de 2021, mais um desembolso de R\$ 13.314; em novembro de 2021, outro de R\$ 79.589; e, em dezembro de 2021, R\$ 6.281.

Do valor contratado, R\$ 91.718 (desbolsados R\$ 32.796) são vinculados aos empreendimentos situados em municípios classificados como prioritários pelo Banco; e R\$ 171.398 (desbolsados R\$ 89.843), para empreendimentos situados em outros municípios.

As taxas destes montantes também são classificadas conforme a localização dos municípios sendo, respectivamente, 1,5299% a.a. (municípios prioritários) e 1,8698% a.a. para os demais, ambas com



bônus de adimplência de 15% e multiplicadas pelo Fator de Atualização Monetária (FAM), conforme metodologia definida no art. 2º da Resolução CMN nº 4.622, de 02 de janeiro de 2018.

Este contrato será amortizado em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais e está garantido por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios. O saldo de principal e encargos atual deste contrato é de R\$ 125.464.

Contratos de Financiamento Nº 44.2010.3284.4926 e Nº 44.2012.3697.7181

Com a incorporação da Sociedade de Propósito Específico – SPE Transmissora Delmiro Gouveia S.A. – TDG, a Chesf assumiu as dívidas da empresa referentes aos dois contratos de financiamento celebrados junto ao BNB. Para o contrato Nº 44.2010.3284.4926 que se encerra em maio de 2031, o saldo de principal e juros é de R\$ 48.224 e incidem juros de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 15% e 25%. Para o contrato Nº 44.2012.3697.7181, cujo prazo final é em outubro de 2032, o saldo é de R\$ 102.598 e incidem juros de 2,94% a.a. com bônus de adimplência de 15%. Estes financiamentos possuem garantia fundo de liquidez em conta-reserva, penhor em segundo grau de direitos emergentes e cessão de direitos creditórios.

O empréstimo junto à **Caixa Econômica Federal**, contratado em 2016 e destinado à constituição de capital de giro, foi quitado no mês de setembro de 2021.

O contrato previa juros de 140% da taxa média diária do CDI, com amortização em 60 meses, sendo: carência de 12 meses, com pagamento mensal dos juros; e amortização em 48 meses, com pagamento mensal de parcela de juros e amortização.

O contrato foi garantido por aval corporativo da Eletrobras e adicionalmente pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra, durante o prazo da operação.

Os financiamentos junto ao **BNDES** destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras. Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

O empréstimo com o **Banco Safra** destina-se ao financiamento do capital de giro da Companhia, garantido pela cessão fiduciária de recebíveis de Contratos de Compra e Venda de Energia - CCVEs. Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, são os seguintes: i) Se ocorrer qualquer uma das causas cogitadas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil Brasileiro; ii) Se não realizarem, na respectiva data de vencimento, qualquer pagamento de sua responsabilidade, decorrente da presente Cédula; iii) Se tiver(em) sua falência, insolvência civil (concurso de credores), recuperação judicial ou extrajudicial requerida(s), deferida(s) ou decretada(s); iv) Se qualquer autorização governamental necessária ao cumprimento de qualquer obrigação decorrente desta Cédula for suspensa ou revogada; e v) Se, sem o expresso consentimento do SAFRA sofrer(em), durante a vigência desta Cédula, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou qualquer outro tipo de reorganização ou transformação societária.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	R\$ mil					
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	374.169	36,20%	428.085	38,79%	320.333	27,08%
IPCA	243.028	23,51%	126.997	11,51%	73.481	6,21%
CDI	151.166	14,62%	247.848	22,46%	328.632	27,78%
TJLP	265.364	25,67%	300.651	27,24%	305.352	25,82%
Outros	-	-	-	-	155.021	13,11%
Total	1.033.727	100,00%	1.103.581	100,00%	1.182.819	100,00%
Principal	998.036	96,55%	1.070.651	97,02%	1.154.525	97,61%
Encargos	35.691	3,45%	32.930	2,98%	28.294	2,39%
Total	1.033.727	100,00%	1.103.581	100,00%	1.182.819	100,00%

c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 848,7 milhões (R\$ 875,5 milhões, em 2020, e R\$ 964,5 milhões, em 2019), tem seus vencimentos assim programados:

	R\$ mil		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	-	187.422
2022	-	152.013	147.899
2023	152.673	144.263	275.495
2024	106.721	96.511	84.784
Após 2024	589.327	482.761	268.939
Total	848.721	875.548	964.539

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os limites dos financiamentos contratados pela Companhia e os percentuais já utilizados dos mesmos, são os demonstrados a seguir:

Credor	Contrato	2021			2020			2019		
		Valor Contratado	Valor Utilizado	Utilização	Valor Contratado	Valor Utilizado	Utilização	Valor Contratado	Valor Utilizado	Utilização
		(R\$ mil)	(R\$ mil)		(R\$ mil)	(R\$ mil)		(R\$ mil)	(R\$ mil)	
BB	Nº 306.401.146			-	-	-	-	500.000	500.000	100,00%
CEF	Nº 15.3515.763.00000001/06			-	-	-	-	400.000	400.000	100,00%
CEF	Nº 15.3515.763.00000002/97			0,00%	200.000	200.000	100,00%	200.000	200.000	100,00%
BNDES	Nº 13.2.1148.1	727.561	420.596	57,81%	727.561	420.596	57,81%	727.561	420.596	57,81%
BNDES	Nº 13.2.1149.1	475.454	267.538	56,27%	475.454	267.538	56,27%	475.454	267.538	56,27%
BNB	Nº 44.2009.6427.2237			-	-	-	-	32.576	15.573	47,81%
BNB	Nº 44.2010.645.2809			-	-	-	-	4.865	2.433	50,01%
BNB	Contrato de Financiamento mediante abertura de			-	-	-	-	388.998	388.998	100,00%
BNB	Nº 44.2010.3284.4926	60.743	59.761	98,38%	60.743	59.761	98,38%	-	-	-
BNB	Nº 44.2012.3697.7181	119.074	111.768	93,86%	119.074	111.768	93,86%	-	-	-
BNB	Nº 44.2017.1063.16994	158.420	157.151	99,20%	158.420	157.151	99,20%	158.420	157.151	99,20%
BNB	Nº 44.2018.1041.19120	155.817	121.751	78,14%	155.817	121.751	78,14%	155.817	73.200	46,98%
Banco Safra	Nº 002541064	200.000	200.000	100,00%	200.000	200.000	100,00%	200.000	200.000	100,00%
BNB	Nº 44.2020.1760.20650	263.116	122.640	46,61%	263.116	-	0,00%			
TOTAL		2.160.184	1.461.204	67,64%	2.360.184	1.538.564	65,19%	3.243.691	2.625.489	80,94%

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2021	2020	2019	2021 Vrs. 2020	2020 Vrs. 2019
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	9.762	58.548	118.001	0,03	0,20	0,42	(83,33)	(50,38)
Títulos e valores mobiliários	2.558.187	2.079.294	1.089.603	7,89	7,23	3,86	23,03	90,83
Clientes	845.468	1.963.986	1.359.889	2,61	6,83	4,82	(56,95)	44,42
Tributos a recuperar	640.643	260.128	833.278	1,98	0,90	2,95	146,28	(68,78)
Cauções e depósitos vinculados	26.491	34.375	34.897	0,08	0,12	0,12	(22,94)	(1,50)
Almoarifado	79.383	85.065	77.793	0,24	0,30	0,28	(6,68)	9,35
Serviços em curso	409.514	332.140	361.709	1,26	1,15	1,28	23,30	(8,17)
Ativo Contratual - Concessões de Serviço Público	2.237.989	3.108.499	2.090.896	6,90	10,81	7,41	(28,00)	48,67
Dividendos a Receber	74.693	27.108	15.853	0,23	0,09	0,06	175,54	71,00
Fachesf Saúde Mais	100.988	76.806	65.854	0,31	0,27	0,23	31,48	16,63
Outros	117.427	174.462	171.557	0,36	0,61	0,61	(32,69)	1,69
	7.100.545	8.200.411	6.219.330	21,89	28,50	22,05	(13,41)	31,85
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	125.816	-	-	0,45	-	(100,00)
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	1,50	1,70	1,73	-	-
Títulos e valores mobiliários	219	210	202	-	-	-	4,29	3,96
Benefícios para reinvestimento	37.788	32.983	32.131	0,12	0,11	0,11	14,57	2,65
Tributos a recuperar	204.383	349.506	198.689	0,63	1,21	0,70	(41,52)	75,91
Cauções e depósitos vinculados	322.601	488.241	704.469	0,99	1,70	2,50	(33,93)	(30,69)
Ativo Contratual - Concessões de Serviço Público	16.119.592	11.610.045	13.132.893	49,70	40,36	46,55	38,84	(11,60)
Adiantamento a investidas	-	-	66.200	-	-	0,23	-	(100,00)
Outros	15.721	88.813	20.503	0,05	0,31	0,07	(82,30)	333,17
	17.188.126	13.057.620	14.642.909	53,00	45,39	51,91	31,63	(10,83)
Investimentos	5.409.581	5.310.677	5.134.818	16,68	18,46	18,20	1,86	3,42
Imobilizado	2.277.593	2.083.004	1.944.709	7,02	7,24	6,89	9,34	7,11
Intangível	456.549	117.357	142.506	1,41	0,41	0,51	289,03	(17,65)
	25.331.849	20.568.658	21.864.942	78,11	71,50	77,51	23,16	(5,93)
TOTAL DO ATIVO	32.432.394	28.769.069	28.210.088	100,00	100,00	100,00	12,73	1,98

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2021	2020	2019	2021 Vrs. 2020	2020 Vrs. 2019
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	394.846	345.200	423.773	1,22	1,20	1,50	14,38	(18,54)
Folha de pagamento	36.741	4.815	5.144	0,11	0,02	0,02	663,05	(6,40)
Tributos a recolher	155.839	151.912	848.224	0,48	0,53	3,01	2,59	(82,09)
Financiamentos e empréstimos	185.006	228.033	218.280	0,57	0,79	0,77	(18,87)	4,47
Remuneração aos acionistas	1.298.929	1.807.003	1.175.647	4,01	6,28	4,17	(28,12)	53,70
Outras provisões operacionais	95.403	120.382	91.774	0,29	0,42	0,33	(20,75)	31,17
Obrigações estimadas	113.011	104.855	123.499	0,35	0,36	0,44	7,78	(15,10)
Incentivo ao Desligamento Voluntário	108.747	122.420	105.700	0,34	0,43	0,37	(11,17)	15,82
Benefícios pós-emprego	167.869	149.177	120.649	0,52	0,52	0,43	12,53	23,65
Encargos setoriais	36.123	73.516	153.743	0,11	0,26	0,54	(50,86)	(52,18)
Debêntures	14.474	11.224	10.923	0,04	0,04	0,04	28,96	2,76
Outros	35.371	99.315	118.335	0,11	0,35	0,42	(64,39)	(16,07)
	2.642.359	3.217.852	3.395.691	8,15	11,19	12,04	(17,88)	(5,24)
NÃO CIRCULANTE								
Tributos a recolher	-	-	34.653	-	-	0,12	-	(100,00)
Passivos fiscais diferidos	670.192	-	412.342	2,07	-	1,46	-	(100,00)
Financiamentos e empréstimos	848.721	875.548	964.539	2,62	3,04	3,42	(3,06)	(9,23)
Benefícios pós-emprego	3.314.875	3.522.069	1.621.816	10,22	12,24	5,75	(5,88)	117,17
Incentivo ao Desligamento Voluntário	13.046	57.506	113.048	0,04	0,20	0,40	(77,31)	(49,13)
Encargos setoriais	459.416	489.939	436.066	1,42	1,70	1,55	(6,23)	12,35
Provisões para contingências	3.130.760	3.592.441	3.114.875	9,65	12,49	11,04	(12,85)	15,33
Provisão contrato oneroso	67.298	100.478	43.209	0,21	0,35	0,15	(33,02)	132,54
Obrigações vinculadas à Concessão	54.580	56.268	54.005	0,17	0,20	0,19	(3,00)	4,19
Debêntures	141.445	137.991	139.399	0,44	0,48	0,49	2,50	(1,01)
Outros	440.401	378.422	169.392	1,36	1,32	0,60	16,38	123,40
	9.140.734	9.210.662	7.103.344	28,18	32,02	25,18	(0,76)	29,67
P. LÍQUIDO								
Capital social	9.753.953	9.753.953	9.753.953	30,07	33,90	34,58	-	-
Reservas de capital	4.916.199	4.916.199	4.916.199	15,16	17,09	17,43	-	-
Reservas de lucros	9.573.007	5.403.347	5.102.455	29,52	18,78	18,09	77,17	5,90
Outros resultados abrangentes	(3.593.858)	(3.754.472)	(2.082.217)	(11,08)	(13,05)	(7,38)	(4,28)	80,31
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
	20.649.301	16.319.027	17.690.390	63,67	56,72	62,71	26,54	(7,75)
Participação de não controladores		21.528	20.663	-	0,07	0,07	(100,00)	4,19
	20.649.301	16.340.555	17.711.053	63,67	56,80	62,78	26,37	(7,74)
TOTAL DO PASSIVO	32.432.394	28.769.069	28.210.088	100,00	100,00	100,00	12,73	1,98



Apresentamos a seguir uma comparação das variações significativas ocorridas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

ATIVO

Ativo Circulante

Apresentou uma redução de 13,41%, passando de R\$ 8.200,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7.100,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. As principais variações foram:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Redução de 83,33% no caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$ 58,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 9,8 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Títulos e Valores Mobiliários

Aumento de 23,03% nos títulos e valores mobiliários, que passou de R\$ 2.079,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.558,2 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Clientes

Redução de 56,95%, que passou de R\$ 1.964,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 845,5 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Tributos a Recuperar

Aumento de 146,27%, que passou de R\$ 260,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 640,6 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Serviços em Curso

Aumento de 23,30%, que passou de R\$ 332,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 409,5 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Ativo Contratual - Concessões de Serviço Público

Redução de 28,00%, que passou de R\$ 3.108,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.238,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, passando a representar 6,90% do ativo total em 2021 (10,81% em 2020 e 7,41% em 2019).

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante apresentou variação positiva de 23,16%, passando de R\$ 20.568,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 25.331,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. As principais variações foram:

Realizável a Longo Prazo: Tributos a Recuperar

Redução de 41,52% nos tributos a recuperar, passando de R\$ 349,5 milhões em 2020 para R\$ 204,4 milhões em 2021.

Realizável a Longo Prazo: Cauções e Depósitos Vinculados

Redução de 33,93% nas cauções e depósitos vinculados, passando de R\$ 488,2 milhões em 2020 para R\$ 322,6 milhões em 2021.

Realizável a Longo Prazo: Ativo Contratual - Concessões de Serviço Público

Aumento de 38,84% (R\$ 4.509,6 milhões) no ativo contratual de transmissão, passando de R\$ 11.610,0 milhões em 2020 para R\$ 16.119,6 milhões em 2021. Esse aumento relevante se deveu, principalmente, a remensuração do ativo da concessão referente a RBSE, que considerou os seguintes fatores:

- reperfilamento do componente financeiro da RBSE, aprovado pela ANEEL em abril de 2021;
- reconhecimento complementar do custo de capital próprio (Ke); e
- finalização da fiscalização do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória – BRR do Contrato nº 061/2001.

Investimentos

Apresentou aumento de 1,86%, passando de R\$ 5.310,7 milhões em 2020 para R\$ 5.409,6 milhões em 2021, representando 16,68% de participação no ativo total da Companhia, sendo 18,46 % em 2020, e 18,20 % em 2019.

Imobilizado

Apresentou aumento de 9,34%, passando de R\$ 2.083,0 milhões em 2020 para R\$ 2.277,6 milhões em 2021, representando 6,95% de participação no ativo total da Companhia, sendo 7,24 % em 2020, e 6,89 % em 2019.

PASSIVO

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante reduziu em 17,88%, passando de R\$ 3.217,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.642,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

Fornecedores

Aumento de 14,38% na conta de fornecedores, passando de R\$ 345,2 milhões em 2020 para R\$ 394,8 milhões em 2021.

Financiamentos e Empréstimos

Redução de 18,87% em financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 228,0 milhões em 2020 para R\$ 185,0 milhões em 2021.

Remuneração aos Acionistas

Redução de 28,12% no montante dos Dividendos a Pagar, passando de R\$ 1.807,0 milhões em 2020 para R\$ 1.298,9 milhões em 2021.

Outras Provisões Operacionais

Redução de 20,75% em Outras Provisões Operacionais, passando de R\$ 120,4 milhões em 2020 para R\$ 95,4 milhões em 2021.

Incentivo ao Desligamento Voluntário



Redução de 11,17%, passando de R\$ 122,4 milhões, em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 108,7 milhões em 2021.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante apresentou uma variação negativa de 0,76%, passando de R\$ 9.210,7 milhões em 2020 para R\$ 9.140,7 milhões em 2021. As principais variações no passivo não circulante foram as seguintes:

Passivos Fiscais Diferidos

Variação positiva de R\$ 670,2 milhões em 2021 em relação a 2020.

Benefício pós-emprego

Variação negativa de 5,88% em 2021, passando de R\$ 3.522,1 milhões em 2020, para R\$ 3.314,9 milhões em 2021, representando 10,22% do passivo total da companhia.

Provisões para Contingências

Redução de 12,85% em 2021, passando de R\$ 3.592,4 milhões em 2020, para R\$ 3.130,8 milhões em 2021, representando 9,65% do passivo total da companhia.

Provisão contrato oneroso

Redução de 33,02% em 2021, passando de R\$ 100,5 milhões em 2020, para R\$ 67,3 milhões em 2021.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou uma variação positiva de 26,37%, passando de R\$ 16.340,6 milhões em 2020, para R\$ 20.649,3 milhões em 2021.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2021	2020	2019	2021 Vrs. 2020	2020 Vrs. 2019
Receita Operacional Bruta	9.525.273	7.451.731	5.935.981	100,00	100,00	100,00	27,83	25,53
Deduções da Receita Bruta	(1.382.312)	(1.272.164)	(1.049.054)	14,51	17,07	17,67	8,66	21,27
Receita Operacional Líquida	8.142.961	6.179.567	4.886.927	85,49	(82,93)	(82,33)	31,77	26,45
Custo Operacional	(2.910.004)	(2.400.478)	(2.079.721)	(30,55)	(32,21)	(35,04)	21,23	15,42
Lucro Bruto	5.232.957	3.779.089	2.807.206	54,94	50,71	47,29	38,47	34,62
Despesas Operacionais	(2.316.766)	(2.148.546)	(2.305.613)	(24,32)	(28,83)	(38,84)	7,83	(6,81)
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	2.942.521	476.529	-	30,89	6,39	-	517,49	-
Resultado do Serviço de Energia Elétrica	5.858.712	2.107.072	501.593	61,51	28,28	8,45	178,05	320,08
Resultado de Equivalência Patrimonial	160.966	(4.871)	203.827	1,69	(0,07)	3,43	(3.404,58)	(102,39)
Resultado Financeiro	238.246	274.986	93.820	2,50	3,69	1,58	(13,36)	193,10
Resultado Antes dos Impostos	6.257.924	2.377.187	799.240	65,70	31,90	13,46	163,25	197,43
Imposto de Renda e Contribuição Social	(789.520)	(268.548)	2.034.139	(8,29)	(3,60)	34,27	194,00	(113,20)
Lucro/Prejuízo Líquido Líquido do Período	5.468.404	2.108.639	2.833.379	57,41	28,30	47,73	159,33	(25,58)
Resultado Atribuível aos Controladores	5.468.404	2.107.774	2.833.648	57,41	28,29	47,74	159,44	(25,62)
Resultado Atribuível aos Não Controladores	-	865	(269)	-	-	-	(100,00)	(421,56)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	97,82	37,70	50,69	-	-	-	159,44	(25,62)

A análise horizontal das variações significativas ocorridas nas contas de resultado está discriminada no item 10.2, logo a seguir, em razão de existir item específico para análise das variações de resultado.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas Operacionais

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica, conforme abaixo discriminado:

As receitas da atividade de **GERAÇÃO** derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º



12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação a Receita de **TRANSMISSÃO**, a Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços e de receitas resultantes de arrendamentos e aluguéis.

Deduções da Receita Operacional

Os tributos incidentes sobre a receita da Chesf consistem no ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Outras deduções da receita bruta são os encargos setoriais, que compreendem a Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela Aneel, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

A partir do exercício de 2013, com a Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFRH) relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Econômico

A chegada ao Brasil da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 em 2020 impôs sucessivos rearranjos às cadeias produtivas e elevações dos custos industriais – em função das medidas restritivas adotadas para a contenção da disseminação do vírus – que tiveram reflexo no diagnóstico econômico do ano: a atividade econômica contraiu, a inflação se manteve abaixo do teto, mas excedeu o centro da meta, e a deterioração do mercado de trabalho interrompeu o ciclo de queda do desemprego iniciado em 2018. O ano de 2021, por sua vez, permitiu o surgimento dos primeiros indícios de recuperação, mas alguns impactos do choque inicial da pandemia ainda reverberam no ambiente econômico.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) produzido pelo IBGE, encerrou 2021 em 10,06%, a maior taxa anual desde 2015. O índice extrapolou tanto a meta estabelecida para o ano pelo Conselho Monetário Nacional (3,75%, com teto de 5,25%) como a

expectativa divulgada pelo Banco Central do Brasil no mês de junho – 6,79%, de acordo com o Boletim Focus do dia 02 de junho de 2021. O grupo de preços dos Transportes foi o principal impulsionador da pressão inflacionária, respondendo por mais de 40% do índice geral (4,19%) e afetado principalmente pelos sucessivos reajustes no preço da gasolina, cuja alta acumulada representou 24% do IPCA (2,34%). O grupo de preços de Habitação, o segundo de maior impacto na inflação do ano, foi pressionado majoritariamente pela energia elétrica, que acumulou alta de 21,21% após a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ter promovido reajustes na bandeira vermelha e acionado a bandeira tarifária de escassez hídrica em setembro de 2021 em resposta à baixa histórica nos níveis dos reservatórios enfrentada pelo país.

Como resultado da forte retração da indústria, do setor de serviços, do consumo das famílias e do investimento em capital fixo, a economia brasileira registrou uma contração de 4,1% em 2020 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já em 2021, conforme divulgado pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) iniciou nova trajetória ascendente e cresceu 4,6%. O resultado foi puxado principalmente pela retomada da indústria, com destaque para a construção civil, e dos serviços, cujo crescimento ainda é tímido devido à corrosão causada pela pressão inflacionária sobre o poder de compra das famílias e às restrições de mobilidade ainda impostas pela pandemia, de acordo com a Carta de Conjuntura nº 53 do IPEA, de 22 de dezembro de 2021.

No mercado de trabalho, após oscilar fortemente em 2020 em decorrência das medidas de contenção da pandemia, seguindo os movimentos de restrição ao funcionamento da economia determinados pelas autoridades, a taxa média de desocupação encerrou 2020 em 13,5% e chegou a atingir 14,9% no primeiro trimestre de 2021. No entanto, de acordo com o IBGE, o crescimento da ocupação tanto entre aqueles que buscavam emprego como entre os que estavam fora da força de trabalho fez com que a taxa encerrasse 2021 no patamar de 11,1%. A melhora quantitativa nos indicadores, entretanto, foi impulsionada principalmente pela informalidade (54%), o que denota que esse aumento não foi acompanhado de uma melhora qualitativa nas condições de trabalho. Apesar da conjuntura econômica ainda convalescente, o ano de 2021 foi positivo para a estratégia de agregação de novas receitas para a CHESF. No mês de março, o processo de incorporação das Sociedades de Propósito Específico (SPE) de geração de energia eólica Complexo Pindaí I, Complexo Pindaí II e Complexo Pindaí III foi aprovado em Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia. Essa incorporação agregará em torno de R\$ 80 milhões por ano à receita da CHESF. No segmento de Transmissão, as obras corporativas concluídas e reconhecidas ao longo de 2021 acrescentaram R\$ 76,9 milhões ao faturamento anual da Companhia de acordo com os valores estabelecidos pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.959/2021. Além disso, a CHESF realizou R\$ 1,06 bilhão em investimentos em 2021, um crescimento de 73,7% em relação a 2020 que reflete os esforços de adaptação da Companhia aos novos protocolos de convivência com o coronavírus, que permitiram a retomada gradativa das atividades. Desse total, 63,78% foram dedicados à Transmissão, 19,32% à Geração e 16,9% à Infraestrutura.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

A Companhia registrou no exercício de 2021 **um lucro** de R\$ 5.468,4 milhões (R\$ 2.108,6 milhões em 2020 e R\$ 2.833,4 milhões em 2019), representando um aumento de 159,3% em relação ao ano anterior.

A Companhia registrou em 2021 uma **receita operacional bruta** de R\$ 9.525,3 milhões (R\$ 7.451,5 milhões em 2020 e R\$ 5.936,0 em 2019), representando um crescimento de 27,8% em comparação ao exercício anterior. Dentre os indicadores que contribuíram para esse desempenho estão o crescimento em relação ao ano anterior, das receitas com fornecimento, suprimento e operação e manutenção de usinas (R\$ 264,9 milhões); crescimento das receitas com operação e manutenção do sistema de transmissão (R\$ 399,2 milhões); e crescimento das receitas contratuais da concessão (R\$ 1.482,5 milhões).

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 1.382,3 milhões no ano de 2021 representando um aumento de 10,2% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 903,6 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais e R\$ 478,7 milhões a encargos regulatórios.

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou um crescimento de 31,8% em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 6.179,6 milhões em 2020, para R\$ 8.143,0 milhões em 2021. Os indicadores responsáveis por este crescimento são os mesmos que afetaram à ROB.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ R\$ 5.226,8 milhões no exercício de 2021, representando um aumento de 14,9% em relação ao exercício anterior, cujas variações estão demonstradas abaixo:

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Análise Horizontal (%)	
				2021 Vrs. 2020	2020 Vrs. 2019
Energia elétrica comprada para revenda	475.601	355.478	307.340	33,79%	15,66%
Encargos de uso da rede de transmissão	868.871	807.515	712.357	7,60%	13,36%
Custo de construção e melhoria	798.008	527.930	511.303	51,16%	3,25%
Pessoal	1.184.310	1.063.852	1.368.067	11,32%	-22,24%
Material	35.193	33.677	40.346	4,50%	-16,53%
Serviço de terceiros	295.730	273.974	257.994	7,94%	6,19%
Depreciação e amortização	122.060	146.701	111.775	-16,80%	31,25%
Provisão contrato oneroso	-33.180	57.269	8.449	-157,94%	577,82%
Arrendamentos e aluguéis	11.124	15.547	15.726	-28,45%	-1,14%
Tributos	11.565	11.716	12.345	-1,29%	-5,10%
Provisões para contingências	1.121.568	730.738	416.895	53,48%	75,28%
Provisão (reversão) impairment	-210.496	-218.770	-74.977	-3,78%	191,78%
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-684.504	309.969	97.097	-320,83%	219,24%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Leniência	0	0	10.518	0,00%	-100,00%
Provisão para perdas em investimentos	11.966	-58.188	262.071	-120,56%	-122,20%
Outras provisões/reversões operacionais	233.908	0	0	0,00%	0,00%
Outras provisões - GAG melhoria	13.084	107.109	147.222	-87,78%	-27,25%
Ganhos Alienação de Investimentos	0	0	-115.029	0,00%	-100,00%
Perdas com ativo imobilizado - Camaçari	0	233.136	0	-100,00%	0,00%
Outros	971.962	151.371	295.835	542,11%	-48,83%
Total	5.226.770	4.549.024	4.385.334	14,90%	3,73%

As remensurações regulatórias dos contratos de transmissão, contabilizadas no exercício de 2021, resultou no aumento de R\$ 2.466,0 milhões no exercício de 2021 em relação ao ocorrido no ano anterior, representando um aumento de 517,5% em relação ao exercício anterior.

O resultado do serviço (EBIT) em 2021 foi positivo em R\$ 5.858,7 milhões, representando um crescimento de R\$ 3.751,6 milhões em relação ao montante obtido em 2020. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 34,1% em 2020, para 71,9% em 2021.

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi de R\$ 3.651,6 milhões em 2021, contra o montante de R\$ 2.700,6 milhões em 2020. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 44,8% em 2021, contra 43,7% obtida em 2020.

A Companhia obteve um resultado financeiro positivo de R\$ 238,2 milhões em 2021, contra o montante de R\$ 275,0 milhões registrados em 2020, representando uma redução de R\$ 36,8 milhões.

Receitas (despesas) financeiras	(R\$ milhões)		
	2021	2020	2019
Resultado de aplicações financeiras	59,6	72,4	61,0
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	100,5	294,9	133,8
Outras variações monetárias ativas	295,7	75,7	44,5
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(87,6)	(81,3)	(96,3)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(17,0)	(6,9)	(1,2)
Outras receitas (despesas) financeiras	(112,8)	(79,8)	(48,0)
(=) Resultado financeiro líquido	238,2	275,0	93,8

O **valor adicionado gerado** pela Companhia em 2021 de R\$ 9.130,0 milhões, contra R\$ 4.933,2 milhões gerados em 2020, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (11,6%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (25,2%); terceiros (3,3%); e lucro aos acionistas (59,9%).

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IPCA, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica, além dos despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o preço praticado no Mercado de Curto Prazo.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A situação financeira e o resultado das operações da Chesf são afetados pela inflação, uma vez que parte de suas receitas são indexadas a índices de inflação (IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. Em 31/12/2021, dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf, 36,20% não detinham indexador (38,79% em 2020 e 27,08% em 2019); 14,62% estavam indexados pelo CDI (22,46% em 2020 e 27,78% em 2019); 25,67% dessas obrigações estavam indexadas pela taxa de juros de longo prazo (27,24% em 2020 e 25,82% em 2019); e 23,51% eram reajustados pelo IPCA (11,51% em 2020 e 6,21% em 2019).

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia nos investimentos em SPEs, totalizaram R\$ 358,0 milhões em 2019 e R\$ 6,0 milhões em 2020. No ano de 2021, a Chesf realizou investimentos da ordem de aproximadamente R\$ 20,6 milhões para a compra da participação privada nas SPEs que compunham o Complexo Eólico Pindaí I, II e III. Tais SPEs foram incorporadas pela Companhia em 31.03.2021.

As Sociedades de Propósito Específico nas quais a Companhia tem participação, bem como, o respectivo saldo contábil dos investimentos nos três últimos exercícios, são os seguintes:

Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição/Aquisição	R\$ mil		
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	27/10/2003	258.272	254.183	213.480
- Energética Águas da Pedra S.A.	12,00%	03/04/2007	145.724	125.102	116.345
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008	704.993	687.660	783.528
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	29/06/2018	1.647.813	1.625.197	1.420.422
- Manaus Construtora Ltda.	19,50%	30/01/2009	-	7.761	7.701
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	100,00%	12/01/2010	-	-	152.670
- Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010	1.916.057	1.980.979	2.110.038
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011	413.106	324.875	318.268
- Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	07/07/2014	131.625	123.674	-
- Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	28/10/2013	174.628	277.892	242.412
- Usina de Energia Eólica Acauã Energia S.A.	100,00%	14/11/2013	-	39.046	40.069
- Usina de Energia Eólica Angical 2 Energia S.A.	100,00%	14/11/2013	-	55.055	58.054
- Usina de Energia Eólica Arapapá Energia S.A.	100,00%	14/11/2013	-	30.340	32.200
- Usina de Energia Eólica Caititu 2 Energia S.A.	100,00%	14/11/2013	-	55.311	58.925
- Usina de Energia Eólica Caititu 3 Energia S.A.	100,00%	14/11/2013	-	57.536	62.228
- Usina de Energia Eólica Carcará Energia S.A.	100,00%	14/11/2013	-	57.718	62.502
- Usina de Energia Eólica Corrupião 3 Energia S.A.	100,00%	14/11/2013	-	56.418	61.497
- Usina de Energia Eólica Teiú 2 Energia S.A.	100,00%	14/11/2013	-	49.812	52.865
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	100,00%	03/02/2014	-	117.401	112.912
- Papagaio Energia S.A.	100,00%	03/02/2014	-	84.313	81.162
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	100,00%	03/02/2014	-	103.556	99.341
			5.392.218	6.113.829	6.086.619

Em 2019 ocorreu a baixa dos ativos mantidos para venda em decorrência da venda dessas participações societárias, com exceção da Vamcruz I Participações S.A., bem como, a incorporação da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. e aquisição da totalidade das ações da TDG Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

Em 2020 ocorreu a incorporação da TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A. pela Companhia. A TDG foi constituída em 11 de fevereiro de 2010 (data de inscrição no CNPJ) pelas mesmas empresas que participaram do Consórcio vencedor do Leilão: *ATP Engenharia Ltda.*, com 51% do capital social, e *Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf*, com 49% do capital social da TDG.

Em 2021 houve a incorporação pela Chesf das Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) dos Complexos Eólicos Pindaí I, II e III (Acauã Energia S.A.; Angical 2 Energia S.A.; Arapapá Energia S.A.; Caititu 2 Energia S.A.; Caititu 3 Energia S.A.; Carcará Energia S.A.; Corrupião 3 Energia S.A.; Teiú 2 Energia S.A.; Coqueirinho 2 Energia S.A.; Papagaio Energia S.A. e Tamanduá Mirim 2 Energia S.A), realizada em 31 de março de 2021. A referida operação está no escopo da iniciativa de racionalização das participações societárias da Eletrobras, nos termos do Plano Diretor de Negócios e Gestão (“PDNG 2021-2025”).

c. eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, vigentes a partir de 1º janeiro de 2021.

A partir de 1º de janeiro de 2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais a Companhia não realizou a adoção antecipada e está acompanhando as discussões. Até o momento a Companhia não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas Revisadas	Comentários	Aplicável a partir de
19	CPC 27/IAS 16	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração.	01/01/2022
19	CPC 25/IAS 37	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.	01/01/2022
19	CPC 15/IFRS 3	As alterações fazem a IFRS 3 se referir à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Além disso, incluem a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.	01/01/2022
	CPC 37/IFRS 1	As alterações indicam que a controlada que usa a isenção do item D16(a) pode escolher, em suas demonstrações contábeis, mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior no valor contábil que seria incluído na demonstração consolidada da controladora, caso nenhum ajuste seja feito para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada.	01/01/2022
19	CPC 48/IFRS 9	As alterações esclarecem que ao determinar as taxas pagas líquidas de taxas recebidas, o devedor inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.	01/01/2022

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As concessões de transmissão da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15).

Em 2021, o ativo contratual de transmissão aumentou de forma relevante, em razão, principalmente, da remensuração do ativo da concessão referente a RBSE, pelo seguinte:

- a) reperfilamento do componente financeiro da RBSE, aprovado pela ANEEL em abril de 2021. A decisão provocou redução na curva de pagamento dos valores relativos à revisão periódica das RAPs associadas às instalações de transmissão para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e aumento do fluxo de pagamentos nos ciclos posteriores a 2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, no entanto, a remuneração pelo custo de capital próprio (Ke) para a RBSE;
- b) reconhecimento complementar do custo de capital próprio (Ke). Em 2020, a ANEEL homologou apenas a correção pelo IPCA dos montantes da RBSE não pagos entre 2017 e 2020, decorrentes da liminar da ABRACE. No ciclo 2021/2022, atendendo pedido das Transmissoras, a ANEEL reconheceu, além da correção pelo IPCA, a remuneração desse montante pelo Ke.

- c) finalização da fiscalização do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória – BRR do Contrato nº 061/2001. Com isso, foram homologados os valores definitivos da Revisão Periódica do ciclo 2018/2023 da Receita Anual Permitida – RAP, mediante a publicação da Resolução Homologatória nº 2.935/2021.

Fluxo do recebimento da RBSE antes e após o reperfilamento, o reconhecimento complementar do Ke e a fiscalização do contrato 061/2001:

Ciclos	2021 - 2022	2022-2023	2023-2024	2024-2025	2025-2026	2026-2027	2027-2028	Total
Fluxo Anterior	2.878.312	2.878.312	1.435.953	1.435.953	-	-	-	8.628.530
Fluxo Atual	1.730.040	1.976.338	2.301.922	2.301.922	2.301.922	2.301.922	2.301.922	15.215.988

As alterações dos fluxos de recebíveis da RBSE impactaram o resultado da companhia em R\$ 2.942.521 mil.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, datado de 18 de março de 2022, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:

Situação operacional das empresas controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota nº 20.6 às demonstrações financeiras, as controladas em conjunto Norte Energia S.A. e Energia Sustentável do Brasil S.A., apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevantes em 31 de dezembro de 2021. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “**Situação operacional das empresas controladas em conjunto**”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em operação comercial. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, datado de 19 de março de 2021, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:

Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota nº 22.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas Norte Energia S.A. e Vamcruz I Participações S.A., apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevantes em 31 de dezembro de 2020. As circunstâncias das controladas demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “**Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto**”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em operação comercial. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos

empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, datado de 27 de março de 2020, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:

Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Energia Sustentável do Brasil S.A. e Norte Energia S.A., investidas nas quais a Companhia participa com 20% e 15%, apresentavam, em 31 de dezembro de 2019, excesso de passivos sobre ativos circulantes de R\$ 197.256 mil e 3.274.157 mil, respectivamente. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 36.3, a Companhia mantém investimentos e assumiu compromisso para fazer aportes adicionais em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento e continuidade de projetos hidroelétricos, sendo o mais relevante o projeto da UHE Jirau (Rio Madeira) da investida Energia Sustentável do Brasil S.A. A continuidade operacional dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “**Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto**”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em operação comercial. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas e críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Ativos e passivos fiscais diferidos** - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.
- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o

valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

- **Contratos onerosos** - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração. A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.
- **Valor recuperável de ativos de longa duração** - A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões e o valor novo de reposição.
- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- **Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.**

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como**
 - i. arredondamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

- ii. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. **contratos de construção não terminada**
 - v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2021, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia, no exercício de 2021, teve seu Orçamento de Investimento aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 14.144, de 22 de abril de 2021.

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO 2021
INFRAESTRUTURA	136.669
Manutenção de bens imóveis	3.955
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	56.794
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	75.920
GERAÇÃO	180.444
Manutenção sistema de geração de energia	162.227
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	14.409
Implantação de Parques Eólicos Futuros	3.808
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	27.591
TRANSMISSÃO	715.447
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	105.737
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	279.153
Manutenção do sistema da transmissão	330.557
TOTAL GERAL	1.060.151

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2022, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no valor total de R\$ 2.245 milhões, com as seguintes aplicações:

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022
INFRAESTRUTURA	195.641
Manutenção de bens imóveis	23.991
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	80.519
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	91.131
GERAÇÃO	672.593
Manutenção sistema de geração de energia	416.069
Implantação de Parque Eólico Casa Nova I	58.188
Implantação de Parques Eólicos Futuros	500
Central Fotovoltaica em Petrolina	500
Ampliação da Capacidade de Geração Nordeste	500
Implantação de Centrais Solares Futuras	4.000
Implantação de Usina de Energia Eólica - FD	136.221
Implantação de Usina Fotovoltaica - L	55.615
Manutenção Sistema Geração Eólica e Solar	1.000
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	12.521
TRANSMISSÃO	1.364.083
Ampliação do sistema de transmissão do nordeste	35.712
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	655.350
Manutenção do sistema da transmissão	673.021
TOTAL GERAL	2.244.838

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para os empreendimentos em andamento e os previstos são compostas por: geração de caixa nas suas operações e financiamentos e empréstimos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

As diretrizes estratégicas constante do Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas do Sistema Eletrobras (PDNG) para o quinquênio 2021-2025, divulgado ao mercado em 23 de dezembro de 2020, por meio de Fato Relevante emitido pela controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, contempla um conjunto de iniciativas para o alcance dos objetivos estratégicos da holding e de suas subsidiárias.

O Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), estruturado para o quinquênio 2021-2025 é um desdobramento do Plano Estratégico 2020-2035, que define os projetos a serem desenvolvidos pelas empresas do Grupo, visando ao alcance dos objetivos estratégicos voltados para o crescimento e modernização sustentável e alinhados às novas tendências do setor de energia.

A Chesf tem avaliado eventuais oportunidades de negócios em diversos formatos, incluindo aquisições de participações ou compra de ativos performados, sejam estes das empresas do sistema Eletrobras ou de terceiros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Apenas o descrito no item a.

c. novos produtos e serviços, indicando

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.

ANEXO 02

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Informações do Anexo 9-1-II da IN CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

	2021 (R\$)
Lucro Líquido do Exercício	5.468.396.530,77

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Tipo/Espécie de Ações	Quantidade de Ações	Exercício	Dividendos	Dividendo por Ação
Ordinárias	54.151.081	2021	1.258.000.772,14	23,23131
Preferenciais	1.753.814	2021	40.743.403,93	23,23131
TOTAL	55.904.895	2021	1.298.744.176,07	23,23131

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A Administração, de acordo com o que estabelece o Estatuto Social da Companhia, propõe a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do Art. 202, I c/c Art. 195-A da Lei das S.A. à título de dividendo obrigatório, conforme demonstrado abaixo:

Lucro líquido do exercício	5.468.403.960,47
(-) Reserva de Incentivos Fiscais SUDENE	-7.429,70
Base de cálculo da reserva legal	5.468.396.530,77
(x) percentual reserva legal	5%
(=) Reserva Legal	273.419.826,54
Base de cálculo dos dividendos ajustada	5.194.976.704,23
(-) Dividendo Obrigatório	1.298.744.176,07
(=) Percentual lucro líquido ajustado distribuído	25%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não se aplica, uma vez que não haverá distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Tipo/Espécie de Ações	Quantidade de Ações	Exercício	Data de Pagamento	Dividendos	Dividendo por Ação
Ordinárias	54.151.081	2021	2022	1.258.000.772,14	23,23131
Preferenciais	1.753.814	2021	2022	40.743.403,93	23,23131
TOTAL				1.298.744.176,07	

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de Acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir da data de encerramento do exercício a que se referem, até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic. Sobre a parcela referente a atualização incidirá IRRF.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

O item 6 não é aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

	2021	2020	2019	2018
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Lucro líquido por ação	97,82	37,70	50,69	50,64

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Tipo/Espécie de Ações	Quantidade de Ações	Exercício	Data de Pagamento	Dividendos	Dividendo por Ação
Ordinárias	54.151.081	2017	2019	128.035.343,76	2,36441
Preferenciais	1.753.814	2018	2019	30.599.503,24	17,44741
Ordinárias	54.151.081	2017	2020	418.223.066,27	7,72326
Ordinárias	54.151.081	2018	2020	1.912,57	0,00004
Preferenciais	1.753.814	2019	2020	30.599.503,24	17,44741
Ordinárias	54.151.081	2019	2020	726.739.180,82	13,42058
Ordinárias	54.151.081	2018	2021	1.383.804.232,72	25,55451
Preferenciais	1.753.814	2018	2021	14.218.412,60	8,10714
Ordinárias	1.753.814	2020	2021	30.599.503,24	17,44741
Preferenciais	54.151.081	2020	2021	378.259.753,56	6,98527
TOTAL				3.141.080.412,02	

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

2021 (R\$)
273.419.826,54

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Lucro líquido do exercício	5.468.403.960,47
(-) Reserva de Incentivos Fiscais SUDENE	-7.429,70
Base de cálculo da reserva legal	5.468.396.530,77
(x) percentual reserva legal	5%
(=) Reserva Legal	273.419.826,54

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Os acionistas detentores de ações preferenciais, quando da destinação dos lucros do exercício, tem a garantia estatutária de que o valor da parcela dos lucros atribuíveis a essas ações será de no mínimo equivalente a 10% do valor do capital social dessas ações.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro líquido é suficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos aos acionistas preferencialistas

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Tipo/Espécie de Ações	Quantidade de Ações	Exercício	Dividendos	Dividendo por Ação
Preferenciais	1.753.814	2021	40.743.403,93	23,23131
TOTAL	1.753.814	2021	40.743.403,93	23,23131

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Tipo/Espécie de Ações	Quantidade de Ações	Exercício	Dividendos	Dividendo por Ação
Preferenciais	1.753.814	2021	40.743.403,93	23,23131
TOTAL	1.753.814	2021	40.743.403,93	23,23131

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório correspondente a: (i) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; mais (ii) o saldo do lucro líquido do exercício, se houver, que remanescer após as destinações mencionadas nos arts. 193 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo mínimo obrigatório calculado na forma descrita no item 10 (i) acima, será pago aos acionistas. O saldo do lucro líquido remanescente será pago tão logo a situação financeira da companhia permitir.

c. Informar o montante eventualmente retido.

R\$ 3.896.232.528,16

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção.

Reserva Especial Lucro Exercício 2021	3.896.232.528,16
(+) Saldo Reserva Especial Lucro Exercício 2020	1.226.577.862,80
(+) Saldo Reserva Especial Lucro Exercício 2019	1.565.760.805,68
(+) Saldo Reserva Especial Lucro Exercício 2018	1.273.306.922,21
(=) Total Reserva Especial de Lucros Retidos	7.961.878.118,84

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Em 2021 houve redução do endividamento da companhia, que passou de R\$ 1.252,8 milhões em 2020 para R\$ 1.189,6 milhões, bem como, uma geração operacional de caixa operacional medida pelo EBITDA ajustado, no montante de R\$ 3.651,6 milhões (35,2% maior que em 2020). Apesar desses dados positivos, alguns fatores podem dificultar a gestão de caixa da Companhia, tais como: existência de ações com risco de perda provável que, a despeito dos provisionamentos efetuados, podem pressionar o caixa da empresa no caso de decisão judicial conclusiva e uma subsequente execução; fazer frente ao orçamento de investimentos em 2022; e o serviço da dívida previsto para o exercício de 2022.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

A distribuição da totalidade dos dividendos referentes ao exercício de 2021 (R\$ 5.195 milhões) não é compatível com a situação financeira da Companhia, tendo em vista a existência de compromissos assumidos, plano de investimentos, e saldo acumulado de reserva especial de lucros de exercícios anteriores. De acordo com o Plano de Negócios e Gestão da Companhia – PNG 2021 a 2025, foi previsto o pagamento a título de dividendos o montante de R\$ 1.298,7 milhões, referente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2021.

São justificativas para a retenção de lucros em Reserva Especial a existência dos seguintes fatores:

- existência de ações com risco de perda provável que, a despeito dos provisionamentos efetuados, podem pressionar o caixa da empresa no caso de decisão judicial conclusiva e uma subseqüente execução;
- fazer frente ao orçamento de investimentos em 2022, no montante de R\$ 1.601 milhões;
- o serviço da dívida previsto para o exercício de 2022, que deve requerer desembolso de R\$ 199 milhões.
- a receita advinda das remensurações regulatórias registradas no resultado do exercício no valor de R\$ 2.943 milhões, não representam efetiva entrada de caixa no exercício, são valores cuja realização se dará em exercícios futuros.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva.**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável.**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**
- b. Identificar o montante destinado à reserva.**
- c. Descrever como o montante foi calculado.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas de investimentos.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas de investimentos.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**

Não houve, neste exercício, destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

- b. Explicar a natureza da destinação**

Não se aplica.

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES****13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária****a. objetivos da política ou prática de remuneração**

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

b. composição da remuneração, indicando:**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários; (ii) gratificação natalina; (iii) gratificação de férias; (iv) auxílio alimentação; (v) auxílio moradia; (vi) plano de saúde; (vii) seguro de vida; (viii) previdência complementar; (ix) quarentena; e (x) RVA. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

Conselho de Administração

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996 não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro administrativo, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por Remuneração Variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por remunerações baseada em ações.

Diretoria Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	Englobam a remuneração fixa mensal todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: honorários mensais, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio moradia, bem como, não devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que,

	eventualmente forem concedidos aos Empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros da Diretoria Estatutária são remunerados por remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefício pós-emprego na forma de contribuições a previdência complementar.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por remunerações baseada em ações.

Conselho Fiscal

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o limite da legislação vigente. A remuneração dos membros do Conselho fiscal é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remunerações baseada em ações.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total dos três últimos exercícios sociais foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	2021			2020			2019		
	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal									
Salário ou pró-labore	100,0%	73,0%	100,0%	100,0%	80,3%	100,0%	100,0%	83,3%	100,0%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	3,6%	-	-	5,2%	-	-	5,9%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Variável									
Bônus	-	15,0%	-	-	5,1%	-	-	0,0%	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	8,4%	-	-	9,4%	-	-	10,8%	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal segue um processo já estabelecido por meio do qual:

(i) o montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo acionista controlador Eletrobras com a participação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Chesf;

(ii) a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;

(iii) a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Chesf.

Caso qualquer dos órgãos acima indicados não aprove o montante correspondente à remuneração da Administração da Eletrobras, o processo é remetido de volta ao órgão anterior para revisão.

A remuneração da Administração da Chesf é reajustada conforme a variação dos índices oficiais que determinam a inflação.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPOG/SEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, que se justificam pela responsabilidade do cargo a eles atribuído.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existe membros não remunerados pelo emissor.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há vinculação do desempenho em relação à **remuneração fixa** dos administradores, pois os valores são fixados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Conselho de Administração aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

Com relação à **remuneração variável** dos administradores, os indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação da referida remuneração são: (i) liquidez corrente, (ii) liquidez geral, e (iii) Despesa de Pessoal, Material e Serviço sobre a Receita de Operações com Energia Elétrica.

O Programa de Remuneração Variável está vinculado com as metas de desempenho estabelecidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, tanto para os empregados quanto para a Diretoria Executiva, nos termos acertados com a Eletrobras e em alinhamento com as diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- ✓ Salário ou pró-labore: remuneração fixa, sem indicador vinculado.
- ✓ Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- ✓ Participação em Comitês: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Bônus: Os membros da Diretoria Estatutária receberão remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
- ✓ Participação nos Lucros e Resultados (PLR): a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Participação em reuniões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Comissões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- ✓ Cessação de cargo: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Remuneração baseada em ações: a Chesf não pratica a referida remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2022*				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	7,00	6,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	385.405,64	3.388.181,47	165.173,85	3.938.760,96
· Benefícios direto e indireto	0,00	1.967.901,42	0,00	1.967.901,42
· Participações em comitês	-	-	-	0,00
· Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	2.854.575,78	-	2.854.575,78
· Participação de resultados	-	-	-	0,00
· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		737.626,65		737.626,65
Cessação do cargo	-	-	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	0,00
Total da remuneração	385.405,64	8.948.285,32	165.173,85	9.498.864,81

*Os valores de 2022 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO. Os valores de janeiro a março de 2022 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2021, para o período de abril/2021 a março/2022. Já os valores de abril a dezembro de

2021				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	5,58	5,83	3,00	14,42
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	306.383,33	3.298.820,01	165.447,01	3.770.650,35
· Benefícios direto e indireto	-	163.323,00	-	163.323,00
· Participações em comitês	-	-	-	0,00
· Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	678.173,59	-	678.173,59
· Participação de resultados	-	-	-	0,00
· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	380.016,00	-	380.016,00
Cessação do cargo	-	0,00	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	0,00
Total da remuneração	306.383,33	4.520.332,60	165.447,01	4.992.162,94

2020				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	330.894,00	2.823.123,89	166.212,96	3.320.230,85
· Benefícios direto e indireto	-	182.511,57	-	182.511,57
· Participações em comitês	-	-	-	0,00
· Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	0,00	178.008,78	-	178.008,78
· Participação de resultados	-	-	-	0,00
· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	330.876,00	-	330.876,00
Cessação do cargo	-	0,00	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	0,00
Total da remuneração	330.894,00	3.514.520,24	166.212,96	4.011.627,20

2019				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,67	5,00	3,00	13,67
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	312.511,00	2.510.724,18	165.447,00	2.988.682,18
· Benefícios direto e indireto	-	177.565,82	-	177.565,82
· Participações em comitês	-	-	-	0,00
· Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	0,00
· Participação de resultados	-	0,00	-	0,00
· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	324.054,68	-	324.054,68
Cessação do cargo	-	0,00	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	0,00
Total da remuneração	312.511,00	3.012.344,68	165.447,00	3.490.302,68

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2022*				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.854.575,78	-	2.854.575,78
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	2.854.575,78	-	2.854.575,78

(*) Os valores de 2022 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

2021				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	678.173,59	-	678.173,59
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	678.173,59	-	678.173,59

2020				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	178.008,78	-	178.008,78
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	178.008,78	-	178.008,78

2019				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	-	-	-

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão.

Não aplicável.

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Brasilprev
- Caixa Previdência

Ano	Órgão	Membros	Membros remunerados	Plano	Administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições de se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social	Possibilidade de resgate antecipado e condições
2021	Diretoria	5	5	Brasilprev	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 1.345.913,61	R\$ 246.700,00	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Caixa Previdência	2	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 696.290,38	R\$ 126.332,88	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
2020	Diretoria	5	5	Brasilprev	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 1.100.213,61	R\$ 196.560,00	Não há condições, resgate a qualquer tempo.

				Caixa Previdência	2	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 569.957,50	R\$ 137.252,88	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
2019	Diretoria	5	5,17	Fatchesf	1	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 6.454.183,10	R\$ 48.324,38	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 903.653,61	R\$ 143.234,00	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Caixa Previdência	2	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 432.704,62	R\$ 134.319,60	Não há condições, resgate a qualquer tempo.

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para o resgate antecipado. O plano de previdência complementar da Fatchesf prevê a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas pelos participantes, assim como de 90% da parte paga pela Companhia, depois de determinado tempo de contribuição. Todos os diretores detentores do plano de previdência da Fatchesf já são elegíveis ao resgate nessas condições.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

		Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
2021	número de membros	7,00	6,00	3,00
	número de membros remunerados	5,58	5,83	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 808.842,87	R\$ 55.149,00
	valor da menor remuneração individual	R\$ 7.659,58	R\$ 126.763,97	R\$ 55.149,00
	valor médio da remuneração individual	R\$ 54.874,63	R\$ 774.914,16	R\$ 55.149,00
2020	número de membros	7,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	6,00	5,00	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 779.122,03	R\$ 55.149,00
	valor da menor remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 635.094,33	R\$ 55.149,00
	valor médio da remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 702.904,05	R\$ 55.149,00
2019	número de membros	7,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	5,67	5,00	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 732.432,85	R\$ 55.149,00
	valor da menor remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 602.422,19	R\$ 55.149,00
	valor médio da remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 650.477,44	R\$ 55.149,00

Mês	2021			2020			2019		
	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	6	5	3	6	5	3	5	5	3
Fevereiro	6	5	3	6	5	3	5	5	3
Março	6	5	3	6	5	3	5	5	3
Abril	6	6	3	6	5	3	5	5	3
Mai	6	6	3	6	5	3	6	5	3
Junho	5	6	3	6	5	3	6	5	3
Julho	5	6	3	6	5	3	6	5	3
Agosto	5	6	3	6	5	3	6	5	3
Setembro	5	6	3	6	5	3	6	5	3
Outubro	5	7	3	6	5	3	6	5	3
Novembro	6	6	3	6	5	3	6	5	3
Dezembro	6	6	3	6	5	3	6	5	3
Total	67	70	36	72	60	36	68	60	36
Média	5,58	5,83	3,00	6,00	5,00	3,00	5,67	5,00	3,00

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.

Na remuneração total devida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.

ANEXO 04



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.818, DE 24 DE ABRIL DE 2019

Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), para dispor sobre as publicações obrigatórias e ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.

Vigência

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 209 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), passa a vigorar com a seguinte redação: (Vide) (A redação dada pela Medida Provisória nº 892, de 2018) (Vigência encerrada)

"Art. 209. As publicações ordenadas por esta Lei obedecerão às seguintes condições:
I – deverão ser efetuadas em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);
II – no caso de demonstrações financeiras, a publicação de forma resumida deverá conter, no mínimo, em comparação com os dados do exercício social anterior, informações ou valores globais relativos a cada grupo e a respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas e nos pareceres dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver:
....." (NR)

Art. 1º O caput do art. 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), passa a vigorar com a seguinte redação: (Vide)

"Art. 289. As publicações ordenadas por esta Lei obedecerão às seguintes condições:

I – deverão ser efetuadas em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);
II – no caso de demonstrações financeiras, a publicação de forma resumida deverá conter, no mínimo, em comparação com os dados do exercício social anterior, informações ou valores globais relativos a cada grupo e a respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas e nos pareceres dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver.

....." (NR)

Art. 2º O caput do art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 294. A companhia fechada que tiver menos de 20 (vinte) acionistas, com patrimônio líquido de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), poderá:

....." (NR)

~~Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, à exceção do art. 1º, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.~~

~~Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Redação dada pela Medida Provisória nº 892, de 2018) (Vigência encerrada)~~

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, à exceção do art. 1º, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.